

Título do painel	Coordenador/a (es/as)	Contato de e-mail	Coluna1
As tecnologias no desenvolvimento	Carlos Sangreman (Universidade Aveiro e CESA/ISEG/UL); Joaquim Sousa Pinto (Universidade Aveiro, IEETA/UA)	jsp@ua.pt; carlos.sangreman@ua.pt	A tecnologia sempre teve um papel central nos modelos de desenvolvimento que se foram adotando como paradigmas ao longo do século XX. No séc-XXI os países em desenvolvimento têm, pela primeira vez, capacidade de afirmação das suas opções de escolha perante uma Europa/EUA em crise que poderá levar a novos caminhos na apropriação e produção de tecnologias mais adaptadas ao nível de desenvolvimento existente. Refletir sobre experiências existentes e sobre novos caminhos é fundamental para a investigação na área.
Experiências de Colonialismo no Porto de 1934, na Primeira Exposição Colonial Portuguesa	Luísa Marroni (Faculdade de Letras da Universidade do Porto)	luisa.marroni@sapo.pt	Em 1934, a cidade do Porto acolheu a proclamada I Exposição Colonial Portuguesa, que foi pensada previamente como mostra, para conhecimento científico acerca das colónias, a concretizar no tempo certo, para combater a ignorância da população nacional, acerca das questões e domínios ultramarinos. O evento mereceu divulgação na imprensa nacional e local, e destaque no Boletim da Agência Geral das Colónias, base nesta análise. A Exposição Colonial Portuguesa foi arquitetada para rentabilizar a vegetação e espaço do Jardim do Palácio de Cristal, no Porto, para uma viva «lição de colonialismo». Lição de progresso, modernização e desenvolvimento num espaço de passeio público, em Massarelos, zona central da cidade do Porto, nos jardins reabilitados para acolher um evento temático como nova função de fruição. Nos três meses de duração da mostra, Junho a Setembro, naquele espaço público implementaram-se diversas formas de discurso (escrito, gráfico e sensorial) ao serviço do conhecimento científico das colónias, utilizando estratégias similares a outras experimentadas anteriormente, em outras mostras ocorridas especial no espaço europeu, como Marselha, 1922, Antuérpia, 1930, ou, em realização mais próxima no tempo, a Exposition Internationale Coloniale, em Vincennes, em 1931. Este painel procura discutir o uso desta arquitetura monumental no reforço da ideia e política imperial, base política e ideológica de construção da unidade nacional.
Arquitetura e cidade nos PALOP's: do moderno ao contemporâneo	José Manuel Fernandes (Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa)	jmfernandesarq@yahoo.com	Reconhecido internacionalmente o valor do legado moderno das cidades, infra-estruturas e suas arquiteturas nos PALOP's, há que desenvolver a compreensão, enquadramento e integração desses valores nas sociedades atuais e estimar a sua utilidade e dimensão no(s) seu(s) futuro(s) previsível(eis). Esse processo tem que ser desenvolvido de forma crítica e inter-activa, com o envolvimento de investigadores, estudiosos, agentes sociais, culturais e políticos, nacionais e internacionais. Deve procurar-se a difusão dos valores em questão, nas respectivas sociedades, evitando a todo o custo quer os preconceitos pós-coloniais, quer as atitudes neo-coloniais - uma e outra nocivas e inoperantes. O painel pretende lançar o melhor conhecimento dos instrumentos e documentos disponíveis, apresentando os trabalhos e estudos já realizados (nos PALOP's e em Espanha, Brasil e Portugal), e abrir perspectivas de articulação e de integração com as instituições e as comunidades que mais têm a receber e valorizar com o tema
Arquiteturas de Segurança na África Subsaariana. O papel das Organizações Regionais Africanas na gestão estratégica dos conflitos. Impactos para a segurança regional	Luís Manuel Brás Bernardino (Centro de Estudos Internacionais – Instituto Universitário de Lisboa (CEI-IUL) e Centro de Investigação, Desenvolvimento e Inovação da Academia Militar (CINAMIL))	bernardino.lmb@hotmail.com	O complexo diagrama da conflitualidade mundial, especialmente nas regiões com maiores índices de conflitualidade intrínseca, onde se enquadra o continente Africano e em particular a região Subsaariana, constitui-se factor de constante atenção e objecto de múltiplas análises e estudos em todo o mundo. As Organizações Regionais Africanas, actuando em complemento das designadas "missões de soberania" dos Estados, têm aí o seu espaço privilegiado de intervenção, constituindo-se, segundo alguns autores, nos principais agentes internos da mudança na vertente da segurança e da defesa que vem ocorrendo em África, materializado pela edificação e operacionalização desde 2002 da designada "Arquitetura de Paz e Segurança Africana" (Dresso, 2012) (Cillier, 2013). O acompanhamento da conflitualidade e da violência em África, principalmente a necessidade de encontrar processos de paz na vertente da segurança humana, da segurança energética, segurança marítima e do desenvolvimento sustentável, em todo o continente Africano, foi e pensa-se que deverá continuar a ser, um factor de permanente preocupação para os Estados Africanos e para as Organizações Regionais, pois os seus objectivos primordiais enquadram-se na procura do desenvolvimento e da segurança sustentada nestes espaços. Estes actores têm procurado, numa dinâmica de crescimento organizacional, empreender um esforço continuado de afirmação regional, continental e global, agregando cooperação estratégica bi/multilateral de geometria variável em vários domínios de acção operacional e com diferenciados actores estratégicos conjunturais. Neste contexto, este painel temático em torno da segurança e da Arquitectura de Paz e Segurança Africana pretende fazer convergir o ponto de vista académico, militar e institucional e irá procurar discutir estas temáticas, reflectindo sobre o papel das Organizações Regionais Africanas na gestão estratégica dos conflitos e analisando quais os impactos para a segurança regional na África Subsaariana.
Brasil-Africa-China : trajetórias de mulheres comerciantes no Sul Global.	Léa Barreau-Tran (Les Afriques dans le Monde, Sciences Po Bordeaux)	leabarreau@gmail.com	O comércio Sul-Sul entre a África e as outras regiões - o que veio a ser conhecido como o Sul Global - já existe há séculos, mas, desde os anos 2000, novos padrões de interação têm surgido. De facto, países como China, Índia e Brasil jogam hoje um papel muito influente na definição de novas rotas do comércio informal e do empreendedorismo africano. Nessas novas dinâmicas, as mulheres têm empenhado um papel fundamental, sendo elas as primeiras a viajar em busca dos produtos que fazem furor nas capitais africanas. Viajam sozinhas e com um grupo de colegas, negociam os preços das alfândegas e trazem as mercadorias por avião ou nos contentores. Essas figuras femininas da globalização Sul-Sul ainda são poucas conhecidas e nada se sabe do impacto dessas trajetórias profissionais sobre as reconfigurações dos papéis de género. Para sobreviver viajar é preciso mas ser mulher viajante em África implica uma reorganização da família e do trabalho doméstico. Quais são então as redes comerciais e as estruturas de facilitem esse comércio? Qual é a biografia de uma mulher angolana que passa o seu tempo entre a sua banca no mercado de Luanda, as feiras de São Paulo e de Guangzhou? Como conseguem criar o seu próprio negócio e adaptar-se ao mercado global? Qual é a influência das novelas brasileiras e mexicanas na criação de uma demanda interna de produtos estrangeiros em África? Este painel tem os objetivos seguintes: - Desenhar um retrato vivido das trajetórias que constroem quotidianamente as relações Sul-Sul; - Produzir uma descrição densa de como os países do Sul Global relacionam e interligam mutuamente, tendo como ponto de partida as trocas comerciais; - Olhar para a globalização de um ponto de vista das mulheres e do seu impacto sobre as relações de género; - Analisar essas trajetórias nos contextos políticos e económicos dos PALOPs, em particular das mulheres de Cabo Verde, Angola, Moçambique; - Partilhar experiência de campo e metodologia em contexto de pesquisas multi-situadas.
Cabo Verde Hoje - os desafios da (des) construção de um 'país' modelo?	Eurídice Monteiro (Universidade de Cabo Verde); Katia Cardoso (Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra)	katia@ces.uc.pt	Quase quarenta anos volvidos desde a sua independência, Cabo Verde passou de país cuja viabilidade era questionada para 'país modelo'. No conjunto dos países africanos de língua oficial portuguesa é reconhecido como 'bom aluno', em grande medida devido à forma como conduziu a transição democrática em 1991 e à gestão eficiente da ajuda externa desde a independência em 1975. A saída do grupo dos Países Menos Desenvolvidos, a entrada na Organização Mundial do Comércio, a Assinatura do Acordo de Parceria Especial com a União Europeia ou a qualificação para o Millennium Challenge Account são algumas das dinâmicas recentes que revalidam esse reconhecimento internacional. A despeito desta trajetória peculiar, Cabo Verde continua a debater-se com problemas e desafios complexos, uns mais crónicos do que outros, relacionados com o desemprego (particularmente jovem); pobreza; desigualdade social; violência coletiva juvenil, violência baseada no género; controlo das fronteiras; criminalidade organizada, turismo, entre outros. Neste sentido, o objetivo deste painel, como sugere o título, e em linha com a temática do Congresso, é analisar de forma crítica e interdisciplinar a construção de Cabo Verde enquanto Estado independente, centrando-se nas transformações e nos desafios do período pós-colonial.

Título do painel	Coordenador/a (es/as)	Contato de e-mail	Columna1
Nuevas tendencias en las políticas de desarrollo de la salud para África Sub-Sahariana	Jose Luis De La Flor ; Berta Mendiguren (GEA- Universidad Autónoma de Madrid y Red SACUDA)	mendigurenberta@yahoo.es	<p>El desarrollo de la salud ha sido uno de los principales Objetivos del Desarrollo del Milenio. A las puertas del año 2015 se hace necesaria la revisión de las agendas y políticas de desarrollo de la salud diseñadas para África Subsahariana.</p> <p>Durante este tiempo se ha ido construyendo a nivel global un enfoque de derecho a la salud holístico e interesado por sus determinantes sociales, económicos y culturales. Desde este enfoque de derechos se ha identificado el fortalecimiento de los sistemas públicos de salud como uno de los principales objetivos de actuación para la Agenda de Desarrollo Post-2015. A su vez durante este periodo han ido apareciendo retos para la salud en África como la multiplicación de los planes verticales frente a las enfermedades infecciosas y su coordinación con el sector salud; la aparición de nuevos actores globales de la salud (Países BRICS) y el impulso de nuevas vías bilaterales de ayuda; la crisis económica mundial, su impacto en la financiación de la AOD y las nuevas alianzas globales o partenariados público-privados; el fortalecimiento de la sociedad civil africana en el diseño de las políticas nacionales de salud y/o la incorporación a ellas de actores locales que trabajan desde terapias no biomédicas.</p> <p>En respuesta a estos movimientos este panel quiere ser un espacio académico de encuentro entre investigaciones que evalúen la última década de desarrollo de la salud en África Subsahariana y las nuevas tendencias de las Agendas Post-2015. Animamos al envío de trabajos críticos que desde diferentes enfoques presenten estudios globales y trabajos de campo que nos permitan profundizar en las nuevas tendencias del desarrollo de la salud para África Subsahariana.</p>
A emergência de outras Áfricas? a voz de filosofias, políticas e instituições alternativas à globalização hegemónica	Begoña Dorronsoro; Catarina Laranjeiro; Erick Morris; Fabián Cevallos; Fernanda Belizário; Gabriela Rocha; Isabel Gomes (Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra)	fe.belizario@gmail.com	<p>Apesar da resiliência do capitalismo e do colonialismo e da sua condição metamórfica, responsável pelo alargamento e profundidade da sua influência, assiste-se hoje, nos países ibéricos e nos países africanos, à emergência de novas filosofias, políticas, instituições e práticas, que constituem vivências alternativas à hegemonia global. Ensaiam-se, neste tempo e espaço de transformação, experiências de vida, organizam-se movimentos, configuram-se obras de arte e formulam-se filosofias que abrem brechas na epistemologia moderna ocidental, desfazendo o efeito protetor e invisibilizador deste paradigma insidioso.</p> <p>Por um lado, as políticas de austeridade fiscal impostas aos países ibéricos reforçam a necessidade de afirmação de uma superioridade baseada num histórico de exploração colonial em contraponto a uma subalternidade vivida no agora. Por outro, novas relações surgem quando essa afirmação identitária sustentada pelo passado é fortemente posta em causa com as reconfigurações do capitalismo global, o surgimento de novos blocos económicos como os BRICS, de novas políticas subimperialistas e do desenvolvimento dos países africanos, que reivindicam a sua autonomia política, social e cultural em relação aos países ibéricos, rompendo antigas relações coloniais e estabelecendo outras. Subjacente a esta questão, encontra-se inclusive a preocupação de organizar contribuições que ajudem a refletir sobre o papel de um/a cientista social da Península Ibérica ou das Áfricas ou das Américas perante as geopolíticas do conhecimento que continuam a excluir, minorizar, ignorar, negar os saberes, habilidades, conhecimentos e práticas concebidas e desenvolvidas por instituições, organizações e movimentos sociais em todo o Sul Global.</p> <p>Assumindo uma posição de escuta profunda (Santos, 2014) de novas possibilidades de ser-se humano, a partir do Sul, o presente painel tem como objetivo aproximar-se dos ensinamentos das práticas e filosofias de mulheres como Leymah Gbowee ou Odera Oruka, de experiências como o processo de reconciliação na África do Sul, ou como a vivência prática do Ubuntu, procurando reconhecer o ganho ontológico que todos os países poderiam obter com estas experiências. Nesse conjunto de novas relações podemos mencionar as iniciativas de cosmopolitismo subalterno (Ibid, 2007:78), a cooperação transnacional entre diversos movimentos sociais que buscam fortalecer as suas lutas e solidarizar-se com as lutas das outras e dos outros pelo mundo. Em suma, procura-se aprendizagens num diálogo Sul-Norte e Sul-Sul em questões relacionadas com a interação familiar, a gestão do tempo, a experiência do perdão, conciliação e paz, a vivência da sexualidade e a irrupção de novas formas de viver a arte.</p>
Comunicação e mídias: práticas, processos e experiências de colonialismo e descolonização	Giuseppa Maria Daniel Spenillo; Júlia Figueredo Benzaquen (Universidade Federal Rural de Pernambuco e CES)	gspenillo@yahoo.com.br	<p>A Comunicação e seus meios massivos aparecem hoje como síntese de um mundo que se organiza em função de mecanismos de dominação e apropriação, nomeadamente o capitalismo que, desde o século XV não é pensável sem o colonialismo. A história do capitalismo permitiu pensar em um mundo dividido em Norte e Sul. Foi o Norte global (um Norte autodefinido e autoinstituído pelas cartografias construídas nesse Norte) que colonizou o Sul. Como afirma Boaventura de Sousa Santos, o Sul pode ser entendido como uma metáfora do sofrimento humano causado pelo capitalismo. No Sul, há resistências a esse processo, algumas delas já visíveis no campo de lutas da comunicação e dos media.</p> <p>Importa refletir como as vozes contra-hegemônicas podem se fazer ouvir, através dos meios de comunicação de massa, como são distorcidas pelos mesmos e quais outros meios de comunicação elas utilizam. O aparato tecnológico disponível hoje para a realização da comunicação, da informação e da produção de conhecimentos coloca para as sociedades contemporâneas novos desafios de significação, compartilhamento, subjetividades, prioridades e valores. Nos meios de comunicação estão presentes os potenciais e instrumentais de formação das sociedades massivas, tecnológicas, informáticas, desde a educação até o entretenimento.</p> <p>Como países e grupos sociais do Sul global, especialmente aqueles lusófonos situados em África, têm vivido esta realidade midiática? Quais processos e experiências locais vêm apontando outros caminhos possíveis para a comunicação? Como se percebem a África fora da África, através das notícias que circulam no mundo globalizado? Como mídias locais têm atuado no sentido da continuidade ou da descontinuidade das práticas atuais de colonialismo cultural em África? Estas são questões que podem vir a fomentar um diálogo rico entre participantes do IX Congresso Ibérico de Estudos Africanos.</p>
African party systems in comparative perspective	Jean-Nicolas Bach (Les Afriques dans le Monde, Institute of Political Sciences, Bordeaux) & Eyob Keno (Addis Ababa University)	jeannicolas.bach@scpoax.fr	<p>We would like to open a discussion on the way political party systems and their militants are being studied in contemporary Africa, raising the important question of a remaining 'African specificity' from which, we believe, African studies are still suffering. In this view, the comparative approach aims at raising the question of a more or less implicit but still dominant model in the literature, i.e. the representative democratic model based on elections and multipartism. This model is barely questioned and still appears as a 'progressive' model that needs to be questioned not only in Africa but in most of the current regimes.</p> <p>This panel thus invites participants to focus on some of the following topics (the list can be enlarged to other related topics) - North-South and South-South comparative perspectives shall be much appreciated:</p> <ul style="list-style-type: none"> - How to study and to compare ?Western? party systems and ?African? party systems? - How far do ?African? party systems help us to understand not only ?African democracies? but also ?Western democracies? and their limits? - How to better articulate the study of mobilization and political party organizations in African countries and elsewhere? - How far do opposition parties matter in African ?democracies?? - How do African parties work between elections (coalitions, mobilizations, mobility of militants etc.).
Derechos Humanos de las personas Lesbianas, Gais, Bisexuales, Trans e Intersexuales en África	Alfredo Pazmiño Huapaya; Antonio Adelfo Delgado Núñez (Departamento de Derecho Constitucional, Ciencia Política y Filosofía del Derecho. Universidad de La Laguna)	adelganu@ull.es	<p>Durante estos últimos años hemos sido testigos de la creciente 'estrategia del odio' a la que se enfrentan defensores de los Derechos Humanos de las personas LGBT en África. Muestra de ello son la firma en febrero de 2014 de la 'ley anti-gay' de Uganda, las penas de muerte por motivos de Orientación Sexual e Identidad de Género en Mauritania, Sudan, norte de Nigeria, Somalia; la persecución que sufren los activistas LGBT del norte de África que participaron en la primavera árabe; junto con la criminalización en 34 Estados africanos. Las respuestas de las Naciones Unidas, de la Unión Europea y de los Estados Unidos de Norteamérica no han hecho esperar condenando todo tipo de agresión de Estado. En este panel se reflexionará sobre las realidades africanas en relación a la Orientación Sexual (homosexualidad y bisexualidad) e Identidad de Género (Transsexualidad e Intersexualidad) desde el prisma de los sistemas políticos, económicos e ideológicos. La relación entre las leyes coloniales y su recrudescimiento paulatino. El papel de las iglesias evangélicas y el radicalismo religioso y el devenir del activismo LGBT africano.</p>

Título do painel	Coordenador/a (es/as)	Contato de e-mail	Coluna1
<p>Luzes sob o baobá - Áfricas: legados e possibilidades pela perspectiva da pesquisa, ensino e aprendizagens nas escolas e Universidades da diáspora negra</p>	<p>Marina Pereira de Almeida Mello; Fabiana Schleumer; Thais Madeira (CAPES/FITO/CES -UNIFESP-UFSCAR)</p>	<p>marinamello2000@yahoo.com.br</p>	<p>Considerando a histórica fragmentação entre os saberes acadêmicos, os processos de educação escolarizada e os saberes locais/tradicionais - estes quase sempre subalternizados e epistemologicamente preteridos - experiências de reversão deste quadro (sejam educacionais/curriculares, legislativas, políticas afirmativas etc) têm gerado expectativas alvissareiras no sentido do enfrentamento das questões relativas às diferenças, no caso, etnicorraciais. Tais diferenças, geralmente ignoradas e/ou distorcidas e/ou forçadas a conformarem-se ou confrontarem-se ao disposto pela cultura dominante hegemônica, atribuem de qualquer modo, uma cidadania de segunda classe a tais indivíduos ou grupos.</p> <p>Particularmente, quando nos debruçamos sobre o universo escolar: as narrativas contidas no currículo, explícita ou implicitamente, corporificam noções particulares sobre conhecimento, sobre formas de organização da sociedade, sobre os diferentes grupos sociais. Elas dizem qual conhecimento é legítimo e qual é ilegítimo, quais formas de conhecer são válidas e quais não são, o que é certo e o que é errado, o que é moral e o que é imoral, o que é bom e o que é mau, o que é belo e o que é feio, quais vozes são autorizadas e quais não são. [...] Elas, além disso, representam os diferentes grupos sociais de forma diferente: enquanto as formas de vida e a cultura de alguns grupos são valorizadas e instituídas como cânon, as de outros são desvalorizadas e proscrias. Assim, as narrativas do currículo contam histórias que fixam noções particulares de gênero, raça, classe 'noções que acabam também nos fixando em posições muito particulares ao longo desses eixos (de autoridade)' (SILVA, 1999)</p> <p>Pesquisas e iniciativas, sobretudo de cunho inter ou transdisciplinar têm buscado, dentre outros objetivos, articular saberes, crenças e experiências às vezes de modo sistemático, organizado e legalizado e, em outros casos, à margem do que é institucionalmente legitimado. Sendo um tema polissêmico, sentidos distintos e, por vezes contraditórios, lhe podem ser atribuídos (inclusão social, políticas da diferença, ações afirmativas).</p> <p>A proposta deste painel será articular pesquisas que permitam compartilhar e dimensionar resultados teóricos e empíricos, projetados ou efetivos da educação para as relações etnicorraciais, envolvendo populações africanas e das diásporas negras no âmbito dos processos coloniais e pós-coloniais. Ademais, pretende-se promover o diálogo entre pesquisadores tanto do campo ensino/aprendizagem (escola e processos de escolarização) como também do ensino e pesquisa (universidades e centros de estudos e/ou pesquisas).</p>
<p>Modelos alternativos de desenvolvimento para Moçambique: propostas a partir do feminismo, economia social, ambientalismo e institucionalismo radical</p>	<p>Teresa Amal (AJ Paz, Portugal); Isabel Casimiro (Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique); Jokin Alberdi (HEGOA. Instituto de Estudios sobre Desarrollo y Cooperación Internacional. Universidad del País Vasco UPV/EHU)</p>	<p>jokin.alberdi@ehu.es</p>	<p>Os baixos níveis de desenvolvimento humano e a sua recorrência ao longo do tempo, a implementação frágil e pouco efectiva de normas e de uma cultura de igualdade entre mulheres e homens tanto na sociedade como na governação do país e a chamada 'descoberta' e a sobre-exploração dos vastos recursos minerais e de hidrocarbonetos do país não estão a contribuir para uma melhoria das condições de vida das pessoas que vivem em Moçambique</p> <p>Nos últimos anos, vários grupos de investigação moçambicanos e europeus (em particular portugueses e espanhóis) têm partilhado os seus trabalhos e obras para conhecer em maior profundidade a realidade complexa de Moçambique e articular alternativas orientadas para as pessoas e as comunidades e para pensar alternativas através das quais estas vivam bem e desejem e possam construir uma sociedade justa. Este painel pretende ser uma oportunidade para esta comunidade de cientistas sociais de diferentes disciplinas possa compartilhar as suas pesquisas e debater os seus resultados assim como articular novas iniciativas académicas e de investigação. Trata-se ainda de uma janela aberta para que outras pessoas e grupos se possam integrar neste intercâmbio caso o desejem.</p>
<p>Genealogias, trânsitos e percursos do lusotropicalismo</p>	<p>Pedro Schacht Pereira; Isabel Ferreira Gould; Marcos Cardão; Claudia Castelo (Department of Spanish and Portuguese, The Ohio State University, USA)</p>	<p>pereira.37@osu.edu</p>	<p>O estudo crítico das diversas facetas do discurso lusotropical conheceu um incremento assinalável na viragem do milénio. Não obstante o estatuto precursor de que se revestem nesse processo os nomes de Charles Boxer, Marvin Harris e Gerald Bender, cujos trabalhos iniciaram uma linha de questionamento sustentado no tratamento de evidência documental, é nos estudos pioneiros de Cláudia Castelo, Miguel Vale de Almeida e Cristiana Bastos, entre outros, que devemos buscar no Portugal pós-colonial as mais contundentes e rigorosas articulações críticas do legado que se estabeleceu em torno do campo discursivo normalmente associado ao nome de Gilberto Freyre. Sob a forma de estudos monográficos ou de artigos em revistas académicas, tais intervenções surgem no rescaldo e à margem das comemorações oficiais dos quinhentos anos das viagens portuguesas de expansão imperial dos séculos XV e XVI. No Brasil, um semelhante interesse pelo escrutínio crítico do lusotropicalismo e do concomitante mito da democracia racial surgiu por ocasião da comemoração do centenário do nascimento de Gilberto Freyre, mas também em resposta ao impacto no discurso social das iniciativas jurídicas que levam ao estabelecimento de quotas raciais no acesso ao ensino superior. A coincidência temporal que aproxima as duas efemérides tanto ajuda a evidenciar as diferenças entre as solicitações históricas a que estão expostos os dois países, como destaca a similitude das opções discursivas que neles se ofereceram como resposta ao processo de integração europeia (o caso de Portugal), e do novo papel a desempenhar pelo Brasil no teatro geoestratégico que se formou sobre as cinzas do 11 de Setembro de 2001. Procurando prosseguir na senda do questionamento de fontes documentais provenientes de arquivos diversos, mais próximos do âmbito dos estudos literários e culturais do que do das ciências sociais onde o termo primeiro emergiu, esta mesa propõe-se discutir uma nova genealogia discursiva do lusotropicalismo que tem Gilberto Freyre como ponto de passagem, e não de partida, num processo histórico que não se iniciou com a publicação da sua obra icónica, evidenciando-se já nos debates mais remotos sobre a abolição da escravatura no Brasil. Esse debate envolveu intelectuais portugueses e brasileiros, assim como viajantes provenientes do império britânico e intérpretes dos escritos que estes deixaram, entre os quais G. W. Hegel. Avançando depois para uma temporalidade que nos é mais próxima, esta mesa oferece um olhar que incidirá, por um lado, sobre a banalização do lusotropicalismo na década de 1960, a partir da consideração da sua disseminação na cultura de massas e, por outro lado, sobre os processos de recuperação e desmontagem do discurso lusotropicalista nas literaturas contemporâneas portuguesa e angolana, concretamente a partir do exame das auto-representações da miscigenação em obras publicadas entre 1990 e a actualidade.</p>

Título do painel	Coordenador/a (es/as)	Contato de e-mail	Coluna 1
África e novas configurações de poder global: actores africanos, parceiros tradicionais e potências emergentes	Alexandra Magnólia Dias; Elsa Gonzalez Aimé (ISCTE-IUL, Portugal & Universidad Autónoma de Madrid, Espanha)	alexmagnolia.dias@gmail.com	<p>Nos últimos anos, África deixou de ser caracterizada como o 'continente sem futuro'. Com efeitos, as elevadas taxas de crescimento económico em vários países contribuíram para a mudança do estatuto do continente do seu ranking anterior como a região de crescimento mais lento no sistema internacional. Hoje, está a ultrapassar a América Latina, a Europa de Leste e o Médio Oriente e o contraste com os países mais afectados pela crise na zona euro torna-se mais pronunciado.</p> <p>No século XXI as novas configurações de poder global criaram oportunidades e condicionamentos para os actores africanos e os seus parceiros tradicionais. Com efeito, o envolvimento de potências emergentes em África, em particular a China, ampliou a agência de actores africanos na negociação e/ou aceitação das condicionalidades (políticas e/ou outras) que os Países ocidentais tendem a impor aos seus parceiros africanos. Desde o final da primeira década do século XXI, a crise financeira e económica (2008) e a crise da zona Euro (2011) em grande medida contribuíram para a transformação das relações entre os actores africanos e os Estados membros da OCDE.</p> <p>O Painel corresponde a uma tentativa de exploração de questões, a saber: De que modo os actores africanos têm utilizado o revivalismo económico nas suas relações com actores externos, sejam eles parceiros tradicionais ou potências emergentes. Em que medida a emergência do Brasil-Rússia-Índia-China e África do Sul (BRICS) transformou as relações entre os actores africanos e os países ocidentais? Em que medida, os parceiros tradicionais e mais especificamente os Estados com um passado colonial extravasaram das suas esferas de influência tradicionais e aproveitaram as oportunidades do progresso económico em África ao longo da última década. Os parceiros tradicionais estão a ficar para trás e a perder a vantagem quando comparados com as potências emergentes? Como utilizam os actores africanos a sua agência ampliada para prosseguir as suas próprias agendas políticas e económicas? Quais as implicações da crise na Zona Euro e do revivalismo económico em África em termos dos fluxos migratórios?</p> <p>O Painel tem por objetivo compreender o papel em mutação de actores externos nas relações internacionais em África e a pressuposição neste contexto é enquadrar um conjunto de comunicações que reflectam acerca do modo como esta transformação global contribuiu para a formação das escolhas dos actores africanos e dos seus parceiros tradicionais. O painel pretende atrair comunicações que tenham como período de análise a primeira década do século XXI.</p> <p>Dentro do tema das relações internacionais africanas na primeira década do século XXI, o Painel visa integrar comunicações que tratem em particular dos seguintes tópicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Actores africanos e as suas relações com parceiros tradicionais e com as potências emergentes; - As políticas externas de Novos e dos Tradicionais actores externos vis-à-vis África; - A ascensão de potências emergentes, o seu envolvimento em África e a expansão dos espaços de negociação de políticas dos actores africanos com o resto do mundo; - A transformação (ou não) de esferas de influência pós-coloniais e pós-imperiais em África; - O revivalismo da economia em África, a crise da zona euro e a emergência de um novo padrão migratório do Sul da Europa para Países africanos.
Literatura e artes na (des)construção de identidades	Remo Mutzenberg; Luca Bussotti (Universidade Federal de Pernambuco-Brasil/CEI-ISCTE/IUL, Portugal e CEI-ISCTE/IUL, Portugal)	remutz@gmail.com	<p>A artes, a literatura e o cinema e outras linguagens tem concorrido, historicamente, para a construção de identidades culturais/políticas, seja acentuando elementos particulares seja como composição ou agregação de elementos díspares, em diferentes níveis, do nacional ao local, do geral ao particular. Elementos estes classificados como religiosos, culturais, étnico/raciais, geográficos, geracionais, de género, de classes etc. a partir dos quais são propostos núcleos de identificação que definem fronteiras, posições, bandeiras e projetos de afirmação e reconhecimento. Estes processos adquirem visibilidade definindo campos identitários, locus de disputas e seu lugar no mundo. A partir destes pressupostos, o painel está aberto a análises destes recursos: a) como instrumentos mobilizados ideologicamente; b) como constituição de gramáticas para a construção de visões, concepções e conhecimento; c) e seus impactos, como quadros de referência, a partir do qual se torna possível a leitura da realidade e a articulação de identidades culturais/políticas. Neste sentido, o painel propõe a releitura destas linguagens no passado e sua importância contemporânea nos processos marcados pela heterogeneidade e pluralidade, em que a literatura, o cinema e as diversas formas de expressão artística tem contribuído para contornar e desafiar as análises formais do campo das ciências sociais. Nesta direção, o painel tem particular interesse em relação aos processos identitários em África e América Latina, tomando em consideração as experiências que atravessaram esses dois continentes, do colonial ao pós-colonial.</p>
Mineria, fronteras y movimientos sociales transnacionales	María Molina Martín; Carlos Tabernero Martín (Universidad Autónoma de Madrid)	tabernero.martin.carlos@gmail.com	<p>Durante los últimos 60 años, multitud de puntos del continente africano se han convertido en focos de la exploración y explotación de recursos mineros. Muchos de estos recursos (coltán, petróleo, diamantes, etc.) han adquirido una importante dimensión en el cada vez más globalizado planeta, acentuada por su creciente demanda y, en consecuencia, la subida de sus precios. Todo ello da lugar a una presencia exponencial de empresas y multinacionales extractivas procedentes, inicialmente, de países occidentales y, en los últimos años, de otros lugares del mundo. Así, los actores en el continente se han multiplicado.</p> <p>Es innegable el impacto de toda esta industria. No se puede evitar hablar hoy de cómo la extracción de recursos está afectando al entorno socio-político a nivel local, regional, estatal y transnacional. La extracción ha generado impactos negativos que dan lugar a conceptos como 'la maldición de los recursos' o 'el mal holandés', referidos al escaso crecimiento económico de los países con recursos minerales, pero que se trasladan a cuestiones como la pobreza, la violación de derechos humanos, la exclusión de determinados colectivos, la mala gobernanza, la falta de transparencia y el negativo impacto ambiental de la industria extractiva.</p> <p>Pero no han sido sus únicos efectos. Debido a la presencia de las industrias extractivas, están surgiendo nuevos agentes o movimientos político-sociales que son una alternativa cada vez más real y que generan nuevas dinámicas de acción y relación entre el poder y el territorio: unas veces superando sus límites estatales y, en otras, reafirmando los. Pero, en cualquier caso, transformando las visiones y las prácticas fronterizas. Por esa naturaleza relacional con la frontera, estos movimientos no son siempre locales sino que, afectados por la propia naturaleza y carácter transnacional de esta industria extractiva, se tornan ellos mismos, a través de sus acciones, en agentes transnacionales.</p> <p>Con esta propuesta de panel pretendemos compartir y visibilizar el papel que están jugando estos actores sociales en la reconfiguración de los contextos de exploración y explotación de los recursos naturales-minerales en África, con especial atención a los movimientos locales y transnacionales y a su evolución y significación con respecto a la propia industria y su papel en la configuración del territorio y la frontera, a través de diferentes casos de estudio. El objetivo último es conocer cómo y por qué surgen estos movimientos transnacionales y en qué sentido constituyen un potencial de cambio en los contextos extractivos o lo están generando ya efectivamente.</p>
Hacer explícito lo implícito: la historia en los estudios africanos	Elsa Gonzalez Aime; Albert Farre Ventura (Grupo de Estudios Africanos, Universidad Autónoma de Madrid; Departamento de Antropología, Universidade de Brasília)	elsa.gonzalez.aime@gmail.com	<p>La historia juega un papel fundamental en la dimensión interdisciplinar de los estudios africanos. Aun cuando estos se centran en las cuestiones más inmediatas, se inscriben (o se pueden inscribir) dentro de procesos de transformación histórica mucho más amplios. Sin embargo, estas trayectorias temporales quedan muchas veces escondidas tras una cierta tiranía de lo inmediato, que las silencia o las convierte en cuestiones más implícitas que explícitas.</p> <p>Una de las críticas recurrentes a los estudios africanos es su énfasis en el marco geográfico, y las resonancias, eminentemente coloniales, de una manera determinada de entender África como si el continente fuera una unidad aparte del resto del mundo. Precisamente la historia es la disciplina que nos posibilita contextualizar la antigüedad de los vínculos entre sociedades de varios continentes desde una perspectiva no eurocéntrica.</p> <p>Por otra parte, también es cierto que los estudios históricos sobre África podrían ser más interdisciplinarios. En el esfuerzo por la interdisciplinariedad, los historiadores podrían enriquecerse con nuevas perspectivas y temáticas. Además, podrían alimentar a su vez una mayor presencia o visibilidad de la dimensión histórica en los estudios africanos realizados desde otras disciplinas.</p> <p>Este panel quiere visibilizar la reflexión histórica subyacente en muchas de las investigaciones que se desarrollan en el ámbito de los estudios africanos. Hacer explícita la historicidad y evitar que la profundidad histórica se diluya cuando en realidad es fundamental para comprender porqué la cuestión estudiada es relevante. Esto es importante tanto para las investigaciones interdisciplinarias como para los estudios más estrictamente históricos.</p> <p>Se quiere dar cabida a investigadores que aborden de manera crítica la dimensión histórica sobre la que construyen sus trabajos sobre cualquier cuestión relativa al continente africano, sea en su dimensión internacional o en el nivel más micro. El objetivo es reunir trabajos provenientes de múltiples disciplinas que problematizan desde el presente la transformación histórica del continente africano o de una fracción del mismo, sea en su pasado más reciente o más remoto, así como trabajos que problematizan el funcionamiento de los estudios históricos africanos, sus epistemologías y ontologías, y sus posibilidades para sustentar unos estudios de área genuinamente interdisciplinarios. El formato del panel será de mesa redonda, con intervenciones cortas que planteen una reflexión sobre estas problemáticas a partir de la experiencia investigadora ligada al ámbito de los estudios africanos. Se dejará tiempo suficiente para generar un debate entre los intervinientes y asistentes. Los coordinadores del panel tienen interés en acomodar las tres lenguas del congreso tanto en las presentaciones como en el debate posterior.</p>

Título do painel	Coordenador/a (es/as)	Contato de e-mail	Coluna1
Armed women, invisible women?	Margarida Paredes; Ana Leão; Jonna Katto; Marissa Moorman (CRIA, ISCTE-IUL, Lisbon, Portugal)	margarida_paredes@yahoo.com	<p>This panel addresses the alternating presence and absence, visibility and invisibility of armed women on the African continent, including the women warriors of Ancient Africa - like Nzinga Mbandi of the 16 /17th century -, the women warriors of the 19th century Dahomey court, the armed guerrillas fighters of the late 20th century national liberation struggles in Southern Africa or, still, women's in military field in the 21th century.</p> <p>This panel aims to discuss, from a multi-disciplinary perspective, armed women on the African continent, historically and in the present. In ancient African, in the wars of resistance to colonial rule, in the armed struggles for liberation, in civil wars, in guerrilla armies or militias, and in the recent conflicts of the Arab Spring in northern Africa, there have always been women with arms in their hands, just as there are women in the armed forces and national police forces of African countries. Integrated or not in military or militarized structures, from the margins to the elites, women have also fought in the theatre of war as they have served in national police forces and peacetime militaries. What do we know of how that participation and what place it hold in collective and official memories? What meaning does that participation have in the lives for the women who served?</p> <p>We welcome papers from a wide variety of sources and methodologies: oral histories, life histories, archival material, biography, literary texts, critical analysis of visual art and images, as well as reflections on methodology and epistemology.</p>
A Definição de fronteiras no espaço colonial europeu em África	Ana Cristina Roque; Paula Santos (IICT - Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa - Portugal)	ana.roque@iict.pt	<p>A partir do último quartel do século XIX, e em particular na sequência da Conferência de Berlim (1884-85) e do princípio da ocupação efetiva dos territórios que nela foi acordado, África tornou-se uma questão central no discurso colonial europeu e a definição de fronteiras dos espaços coloniais, tornou-se uma prioridade para as potências europeias com presença e/ou interesses nos territórios africanos. Esta situação desencadeou um processo de ocupação militar dos diferentes territórios e a sua consequente organização política e administrativa no âmbito de um quadro diplomático, político, militar e económico, que resultou na definição da maior parte das fronteiras dos atuais países africanos. Alheio à realidade africana, este processo materializava a hegemonia europeia em África concretizando-se em divisões territoriais, forçando a construção de um novo mapa do continente africano que reproduziu, sobretudo, a capacidade do colonizador europeu assegurar a ocupação efetiva dos diferentes territórios, desrespeitando estruturas e interesses das comunidades africanas neles existentes. Implícito a este processo esteve também a necessidade de conhecer e reconhecer os novos territórios; o que, tornando urgente o seu mapeamento físico e humano, obrigou à aplicação de métodos científicos modernos e à disponibilidade de meios técnicos, humanos e financeiros que permitissem a sua execução. O continente africano foi então palco de inúmeras missões científicas visando o conhecimento de terras e gentes, recursos e potencialidades, sendo que algumas delas, designadamente as missões para a delimitação e demarcação das fronteiras de cada território, foram veículos preferenciais da transferência de tecnologia e conhecimento científico europeu para o espaço Africano.</p> <p>Neste contexto, este painel propõe-se ser um espaço de reflexão e discussão do processo de demarcação e implementação de fronteiras nos espaços coloniais europeus em África considerando o papel da conjuntura política regional e internacional, o contexto científico que enquadra os diferentes trabalhos e as resultantes destes, e a importância atual da documentação que então foi produzida e que, de acordo com o programa de fronteiras da UA, aprovado em Adis Abeba (2007) constitui um instrumento fundamental para a gestão das fronteiras dos estados africanos que aceitaram a resolução sobre a inalienabilidade das fronteiras coloniais assumida no Cairo, em 1964, pela OUA.</p>
Escravidura Ontem e Hoje: Conceitos, Contextos e Práticas	Isabel Castro Henriques; Joana Pereira Leite (CESA/ISEG-Ulisboa, Portugal)	cesa@iseg.utl.pt	<p>O Projecto UNESCO - A Rota do Escravo foi lançado em 1994, na cidade de Ouidah, no Benim. Nos últimos vinte anos o Projecto, que pôde contar com um vasto apoio mundial através da criação de Comitês nacionais e de uma multiplicidade de ações de natureza diversa, procurou 'quebrar o silêncio' existente em torno do fenómeno da escravatura e do tráfico negroiro nas mais diversas áreas da vida científica, cultural e social, pondo em evidência a sua dimensão mundial e as transformações globais verificadas durante séculos, a necessidade de promover o diálogo intercultural, o seu empenho na consolidação de uma cultura da paz e no reforço de uma partilha solidária das heranças comuns nascidas desta tragédia humana. Centrado na organização de actividades múltiplas, multisectoriais e interdisciplinares, pedagógicas, culturais, científicas, o Projecto permitiu o desenvolvimento de numerosos instrumentos de trabalho - livros, filmes, vídeos, exposições, materiais educativos diversos, inventários e cartografias dos lugares de memória - destinados a um público amplo, onde estudantes, professores e investigadores ocupam um lugar central, consolidando uma reflexão profunda sobre o reconhecimento de uma memória e de uma herança comum nas sociedades contemporâneas.</p> <p>20 anos depois, o Projecto assenta já numa consciência mundial deste fenómeno histórico, compreende a Escravatura de ontem como um legado universal actuante nos tempos de hoje, privilegia como noções centrais da sua ação pedagógica e científica «resistência», «liberdade», «herança», «memória social», numa perspectiva de assunção do passado, de compreensão do presente e de construção conjunta do futuro. Se temas já trabalhados - como a escravatura enquanto sistema económico, as implicações do tráfico de escravos, as ambiguidades dos abolicionismos e da construção das mestiçagens, as novas formas da escravatura criadas pelo colonialismo oitocentista e novecentista - continuam a exigir uma investigação séria, dada a sua complexidade e amplitude mundial, a escravatura contemporânea e o actual tráfico de seres humanos, se não necessitam de barcos negreiros, de correntes de ferro, de instrumentos de tortura como as máscaras e as ?prisões? de escravos, constituem uma violação feroz dos direitos do Homem e da dignidade humana, impondo uma reflexão profunda e global.</p> <p>Este Painel propõe abrir um espaço de debate sobre os caminhos da investigação e da reflexão mundial relativos às problemáticas enunciadas, trazendo também para o campo do conhecimento novas descobertas, trabalhos em curso nacionais e internacionais, estudos que se têm vindo a desenvolver em Portugal, que exigem divulgação e que devem contribuir para uma consciencialização do fenómeno da escravatura moderna e das formas que posteriormente emergiram, não só na esfera da dominação do Outro e da sua mercantilização, mas também na construção de um imaginário português, que frequentemente se pretende livre de preconceitos, 'sem a mancha do racismo'. Um diálogo sobre as formas como o fenómeno da escravatura está presente nos quotidianos da vida social, através de múltiplas expressões, sejam da língua, sejam da estética, sejam da política, pode suscitar trabalhos científicos inovadores contribuindo para um reforço do conhecimento global.</p>
Além das fronteiras: ciência, agência e biografias em trânsito	Patrícia Ferraz de Matos; Lorenzo Macagno; Livio Sansone (Universidade de Lisboa ; Universidade Federal do Paraná; Universidade Federal da Bahia)	patricia_matos@ics.ulisboa.pt	<p>Onde há poder, há resistência. Esta ideia, trabalhada por Foucault (1987), lembra-nos que poder e resistência podem estar interligados e não devem ser analisados separadamente. Inspirada nesta ideia, a nossa proposta é pensar o colonialismo a partir das múltiplas formas de anticolonialismo que lhe foram contemporâneas. Tanto a ideia de colonialismo, como a de anticolonialismo, estiveram relacionadas com o campo científico e, especificamente, com a antropologia e as ciências sociais. A formação académica, sobretudo proveniente das ciências sociais ocidentais, terá influenciado, não só o pensamento dos que não eram africanos, mas também os modos de interpretar a realidade por parte dos africanos, cujas ideias vieram a estar à frente, entre outros aspectos, dos movimentos independentistas e dos propósitos de libertação. Num contexto específico, a noção de 'situação colonial' (Balandier, 1951), que ajudou a pensar o convívio paralelo de múltiplas formas de poder e dominação, foi eficaz. Contudo, além das fronteiras impostas pelo colonialismo (geográficas e ideológicas), propomos pensar a forma como o trânsito dessas ideias (de fora para África e de África para fora) influenciou fenómenos como: mudanças políticas; produção de saberes sobre grupos específicos (nomeadamente na antropologia); percurso biográfico de líderes africanos; condução da guerra colonial através da contra-subversão; formas de implementação política no período pós-independências.</p> <p>Por um lado, as ciências sociais ganharam poder no meio académico graças também aos novos campos de investigação proporcionados pela empreitada colonial. Por outro, houve um processo de uma certa criouilização das ciências sociais por parte de nativos de vários posicionamentos e classes sociais, desde os assistentes de campo - que depois da independência se tornaram antropólogos, ganhando um espaço que a eles tinha sido tradicionalmente negado nos centros de pesquisa, como o Rhodes-Livingstone Institute - até ao aproveitamento da formação em ciências sociais por parte de jovens, que depois, ou durante a formação universitária, se organizaram para alcançar a independência dos seus países, tornando-se líderes (Keniatta, Nkrumah ou Mondlane). As narrativas anticoloniais aproveitaram, assim, os discursos hegemónicos nas ciências sociais, ou algumas das suas teorias mais populares. Tal aconteceu, por exemplo, em relação ao relativismo cultural (captado dos escritos e discursos de Keniatta e Nkrumah) e, duas décadas depois, à teoria do grupo de referência, própria da psicologia social, na formação e efectivação do preconceito racial (adoptado por Mondlane).</p> <p>O nosso argumento é que a formação em ciências sociais, e o trânsito pelas universidades, proporcionou o estabelecimento de redes sociais, a criação de uma linguagem própria e algum capital cultural, o que deixou marcas. Pretendemos focar-nos em períodos históricos e contextos nacionais distintos no sentido de obter uma variedade de perspectivas. Inspiramo-nos também na expressão 'vidas entre-meio' de Spitzer (1989) para descrever biografias forjadas entre processos de assimilação e marginalidade em contextos diferentes. Como diria Michel Certeau (2008), essas histórias singulares continuam a desafiar as estabilidades políticas nacionais postuladas pela historiografia. Além disso, a indagação em torno dessas trajetórias conduz-nos a uma desconfiança epistemológica sobre os alcances operativos e analíticos de noções sedimentadas no nosso vocabulário - como 'identidade', 'etnicidade', 'nação', 'império' ou 'colonialismo'.</p>

Título do painel	Coordenador/a (es/as)	Contato de e-mail	Coluna1
O poder tradicional no Estado moderno de Angola	Raquel Miriam (Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Portugal)	raquel.miriam92@gmail.com	O poder tradicional desempenha um papel muito importante em toda a África, não representando Angola uma excepção a esta regra. Este poder tradicional é de extrema importância para as populações locais, especialmente dos meios mais ruralizados, pela preservação das tradições e pela utilização do direito consuetudinário na resolução dos problemas quotidianos. No entanto, os governos estatais - colonial e após a independência - procuraram monopolizar estes poderes, de forma a utilizá-los como forma de levar a lei e o Estado a todas as regiões e a toda a população, assim como numa tentativa de controlo da população de acordo com os interesses estatais. Toda esta situação vai entrar em conflito tanto no período colonial, pós-independência e no século XXI, pois origina um pluralismo jurídico e dicotomia entre o direito constitucional e consuetudinário, problema que permanece até à actualidade, como este painel visa discutir.
Descolonizações? avaliando as dimensões políticas, culturais e epistémicas das transições	Maria Paula Meneses; Bruno Sena Martins; Carolina Peixoto; Iolanda Vasile (Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra)	mpmeneses@gmail.com	O peso da herança colonial, assim como das histórias das lutas pelas independências, no caso do colonialismo português em África, tem tido várias leituras, quer nos espaços africanos, na antiga metrópole ou ainda nos círculos académicos internacionais. No ano em que se assinalam os 40 anos do 25 de Abril, a questão da ?descolonização? volta a estar na ribalta, quando se avaliam as transições para as independências, com o fim do império. Os impactos e latências políticas, culturais e epistémicas permanecem muito além das ruturas muitas vezes subentendidas como sendo fruto das 'independências'. Este painel procura debater os múltiplos contextos em que o conceito de 'descolonização' tem sido usado, quer em Portugal, quer nas suas antigas colónias, procurando amplificar as dissonâncias cognitivas associadas às interpretações sobre os processos de transição para as independências, para além de cronologias arbitrariamente impostas e transgredindo territorialidades com o intuito de compreender também os impactos regionais e globais destes processos. Gostaríamos de convidar os/as investigadores/as que trabalham em várias áreas académicas a apresentar trabalhos que lidam com a temática acima apresentada, por forma a debater temas amplamente relacionados e interpretações interessantes sobre este conceito. The weight of the colonial heritage – as well as the weight of histories of the fights for independence, in the case of Portuguese colonialism in Africa – has had several readings, either in African spaces, in the ancient metropolis and in international academic circles. In the year when 40 years are signaled since the revolution of April 25th in Portugal, the subject of “decolonization” is once again under the spotlights, when transitions for independence are to be evaluated with the end of the empire. Political, cultural and epistemic impacts and latencies endure after the frequently implied ruptures, as the result of “independences”. This panel seeks to debate the multiple contexts in which the concept of “decolonization” has been used, either in Portugal as in its ancient colonies, struggling to amplify cognitive dissonances associated to the interpretations of the processes of transition to independences, besides debating arbitrarily imposed chronologies transgressing territorialities with the intention of understanding also the regional and global impacts of those events. We would therefore like to invite researchers from various academic fields to present works dealing with this theme, in order to widely debate related subjects and interesting interpretations over this concept.
A palavra como espaço de cidadania	Iolanda Évora; Elísio Macamo (CEsA/ISEG, Lisboa, Portugal e Centro de Estudos Africanos, Basileia, Suíça)	ioevora@hotmail.com	Há um certo sentido em que se poderia dizer que os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa depois das lutas pelas independências e pela criação de novos estados-nação, estariam a atravessar uma nova fase de recomposição política. Esta fase desenrola-se dentro dum contexto neo-liberal em que o discurso e a prática política e económica teimam em tornar ilegítimos quaisquer modelos alternativos de organização política e económica. O que torna os processos políticos actuais característicos é, contudo, o uso cada vez mais alargado da palavra - no debate, na interpelação do poder e na defesa de interesses dos menos favorecidos - como forma privilegiada de participação política e em contraste com as tradições autoritárias e populistas que, no passado, asfixiaram a manifestação da cidadania. Não obstante, hoje como ontem, a negociação da cidadania se faz sob o pano de fundo de mitologias políticas de libertação nacional, de democratização e até de desenvolvimento trazendo à superfície esferas públicas fortes, diversas e complexas. No passado, o compromisso com certas utopias políticas (socialismo e comunismo) produziu culturas políticas baseadas numa relação paternalista entre o Estado e a sociedade, cultura essa que reduziu o exercício da cidadania à realização do projecto político definido pelos libertadores da Pátria. Embora as trajetórias deste conjunto de países africanos sejam radicalmente diferentes e tenham incutido diversas formas a esta relação entre o Estado e a sociedade, em todos eles a cidadania está a ser agora constituída a partir da palavra em forma de intervenção pública. Nuns países a palavra é mais solta do que noutros, mas em todos eles ela está presente. Várias questões se colocam e sobre as quais o painel gostaria de reflectir, convidando para o efeito propostas de comunicações de natureza teórica e empírica que se debrucem sobre um país em particular ou sobre o conjunto desses países: 1. Qual é a natureza da palavra na esfera pública dos PALOP, isto é como se faz uso da liberdade de expressão para interpelar o poder? 2. De que maneira a palavra participa na produção duma cultura política local e quais são as referências ideológicas e filosóficas da intervenção pública? 3. Que formas de cidadania emergem a partir das características que o debate político assume? 4. De que maneira o uso da palavra reflecte processos de hegemonização das definições do mundo social por parte dos agentes políticos e quais são os efeitos disso nas explicações sobre a sociedade construídas a partir das independências? 5. Qual é o papel das ciências sociais na esfera pública e como é que a tradicional preocupação com a objectividade e a neutralidade ganha de novo actualidade na intervenção pública?
Memória(s), Conflictos e Representações: Novos olhares multidisciplinares nos Estudos Africanos	Sheila Khan; Elena Brugioni (Universidade do Minho)	sheilakhan31@gmail.com	Este painel propõe-se reunir investigadores cujos trabalhos se debruçam em torno da relação entre memória(s), conflitos e representações nos estudos africanos, com uma cuidada atenção das diversas perspectivas de como encarar a investigação sobre África, isto é trazendo nas suas discussões um olhar 'de dentro e de fora'. Importa realçar que este painel procura no diálogo interdisciplinar possíveis pistas epistemológicas para um pensamento descolonizado sobre os diferentes contextos africanos.
O Cinema Africano em Língua Portuguesa? filmes, documentários: narrações visuais da nação	Ana Mafalda Leite; Carmen Tindó Secco (CEsA Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina / FLUL e UFRJ)	banan158@hotmail.com	Desde a proclamação das independências, o cinema africano tornou-se um propício meio de narrar a nação pós-colonial, sendo o cineasta, segundo afirmou Sembene Ousmane, o seu griot. O surgimento e a renegociação das novas identidades, a condição itinerante e diaspórica da nova realidade e o diálogo com outras representações da história e da cultura local são exemplos de temas focados pelo olho da câmara. No caso dos países africanos de língua portuguesa, o cinema começou por ser usado como um meio de informação e propaganda do estado independente e a sua produção foi fortemente condicionada pelos fatores económicos (falta de recursos) e históricos (por exemplo, as guerras civis em Angola e Moçambique). Atualmente os cinco países em causa contam com um interessante e diversificado corpus de obras que contribuem para a criação, a disseminação e a problematização das respectivas ideias de nação. As organizadoras deste painel propõem indagar o papel do filme de ficção e do documentário na construção e desconstrução de conceitos como nação, etnia, diáspora, migração, transnacionalidade, configurando e desfigurando identidades nos países africanos de língua oficial portuguesa.

Título do painel	Coordenador/a (es/as)	Contato de e-mail	Coluna1
O Oceano Índico na literatura moçambicana: representação, história e políticas de identidade	Elena Brugioni; Nazir Ahmed Can (Universidade do Minho e Universidade de São Paulo)	nazircann@gmail.com	<p>Embora seja raramente contemplada pelos estudos comparativos que se situam nos chamados Indian Ocean Studies, em parte devido à fragilidade institucional da língua portuguesa quando comparada às suas congêneres francesa e inglesa, a literatura moçambicana tem mobilizado o interesse crítico para as relações entre os universos cultural e sócio-histórico do país e o imaginário índico. 'Metonímia de uma história maior' (Chaves, 2002), topos de uma autêntica 'encruzilhada transnacional' (Noa, 2012), que vai ganhando forma muito antes da chegada dos primeiros europeus à região, a Ilha de Moçambique, por exemplo, inspirou uma parte significativa da produção de três gerações de poetas nacionais (Rui Knopflj, Vergílio de Lemos e Craveirinha, numa primeira fase; Luís Carlos Patraquim, Eduardo White e Júlio Carrilho, a seguir; Nelson Saúte e Guita Jr., mais recentemente, apenas para citar alguns nomes). A ideia de Índico tem sido também incorporada na prosa do país (Mia Couto, João Paulo Borges Coelho), ainda que, tal como ocorre na poesia, a partir de diferentes perspectivas. Guardadas as distâncias entre todos estes autores, os seus projetos estéticos coincidem num dado: as categorias 'identidade', 'nação' e 'palavra' são ordenadas numa única e performativa dimensão. Isto é, na poesia ou na prosa, o Índico-estético - lugar de uma concepção específica da palavra escrita - e o Índico-ético - espaço que aponta para os caminhos ou dilemas históricos, culturais e identitários da nova nação - entrelaçam-se, formando a base de uma paisagem imaginária que corteja a diversidade, a combinação de formas e/ou o questionamento de doxas (Chaves, 2002; Leite, 2003; Apa, 2006; Falconi, 2008; Secco, 2010; Mendonça, 1993, 2011; Noa, 2012; Brugioni, 2013; Can, 2013, etc.). Atento às mudanças políticas e económicas que, a partir da década de 90, determinaram novas dinâmicas no campo literário (Mendonça, 2011), e às lógicas institucionais que fazem do Índico moçambicano um lugar ainda pouco reconhecido pelas abordagens comparativas que focalizam a região, o presente painel propõe uma discussão acerca da representação, da história e das políticas de identidade, problemáticas que, implícita ou explicitamente, se erguem quando a literatura nacional mergulha nas agitadas águas do Oceano Índico.</p>
Organização e Representação na Economia Informal nos PALOP: experiências e perspectivas	Carlos M. Lopes (ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, Portugal)	carlos.m.lopes@iscte.pt	<p>Na segunda metade dos anos 90 do séc. XX e nos primeiros anos do séc. XXI registou-se uma aceleração do processo de globalização, em paralelo com a intensificação de algumas das manifestações dele decorrentes, nomeadamente o decréscimo do trabalho formal em paralelo com o incremento de múltiplas formas de trabalho precário e de trabalho informal. O processo de informalização tem vindo a adquirir crescente dimensão em cenários diversificados, que incluem não apenas as sociedades em desenvolvimento mas também as sociedades em transição e as sociedades industrializadas mais desenvolvidas. Novas formas de pensar o fenómeno informal surgiram a par de múltiplas iniciativas e movimentos no sentido da organização dos operadores da economia informal. Este processo tem tido um carácter plural, incorporando acções associadas ao movimento sindical, ao movimento associativo e cooperativo, às redes sociais informais, aos grupos de poupança e crédito de pequena escala, às iniciativas das ONG, dos movimentos cívicos e de outras organizações da sociedade civil e tem ocorrido em diferentes regiões do planeta, nomeadamente em África, na América Latina e na Ásia. Trata-se de um processo recente no qual é possível identificar pelo menos três eixos distintos: o mais pujante, associado à extensão e ao alargamento das preocupações das estruturas sindicais formais face a realidades estruturantes do mercado de trabalho e das condições laborais de exercício de actividade e fortemente influenciado pela estratégia da Organização Internacional do Trabalho; um segundo eixo, constituído pelas organizações de proprietários, que tem conseguido adquirir alguma expressão no quadro de segmentos de actividade específicos, como é por exemplo o caso do transporte de passageiros ou de mercadorias; finalmente, um terceiro eixo, o mais incipiente, estruturado em torno de processos espontâneos e pontuais de auto-organização de trabalhadores independentes e/ou de assalariados informais, com uma matriz essencialmente de tipo associativista ou cooperativo. As situações verificadas nos diferentes países apresentam diferenças significativas. Recentemente começaram a consolidar-se igualmente processos de cooperação e de constituição de parcerias e redes entre diferentes tipos de organizações, a nível local, regional e internacional. Este painel estará receptivo a comunicações de diferente natureza: trabalhos de pesquisa aplicada, experiências transferíveis, realizações concretas de projectos, estudos de caso, abordagens comparativas, pistas para reflexão e/ou acção. A selecção das comunicações terá em conta os seguintes critérios: pertinência do tema em relação à temática do painel; rigor, qualidade e originalidade.</p>
Sáhara Atlântico, 1956-1963: guerras e independências en el imbroglío de las identidades nacionales	Francisco Freire; Alberto López Bargados (CRIA / FCSH-UNL e GRECS-Universitat de Barcelona)	francisco.s.freire@gmail.com	<p>A partir de 1956, una vez que Marruecos alcanzó la independencia de Francia y España, el curso de la historia de las regiones integradas en el Sáhara Atlántico (sur de Marruecos, Sáhara Occidental, Mauritania, oeste de Argelia, norte de Mali) pareció sufrir un súbito acelerón. Mientras la lucha por la independencia de Argelia se recrudecía, las metrópolis coloniales se enzarzaban en un nuevo conflicto a finales de 1957, para impedir que las unidades irregulares del Ejército incorporasen la colonia española del Sáhara y la francesa de Mauritania al reino alauí. Al cabo de poco tiempo, en 1960, Mauritania alcanzaba su independencia de Francia y, dos años más tarde, se firmaban los Acuerdos de Evian, que contaron con el sangriento epílogo de la Guerra de las Arenas - en octubre de 1963. Así pues, entre 1956 y 1963, en las regiones saharianas se jugaron batallas en distintos frentes y niveles, se alcanzaron victorias provisionales e efímeras y, probablemente, se pactaron acuerdos falsos o imposibles. Pero en ese escenario convulso, el tarro de las identidades fue abierto por unos y otros contendientes como arma de guerra: se programaron estudios, se tejieron alianzas, se movilizaron símbolos nuevos o antiguos, se convocó ocasionalmente a las masas y, por supuesto, se declararon guerras, y todo ello en un horizonte presidido por la alargada sombra del estado-nación y sus mitologías modernizadoras. A un lado y al otro de las fronteras impuestas por las metrópolis, los pueblos, nómadas en su mayoría, fueron interpelados, acaso por vez primera, como parte inalienable de las nuevas naciones en liza. Este panel pretende, precisamente, profundizar en las diversas dimensiones que intervinieron en el imbroglío de los conflictos que atravesaron el Sáhara Atlántico entre 1956 y 1963, así como las consecuencias que se desprenden de ellos. En lugar de adoptar una perspectiva puramente fenoménica, nos interesa contrastar el orden de los acontecimientos con la voluntad programática de los múltiples actores que en ellos intervinieron, y al mismo tiempo analizar los efectos inesperados que resultaron del choque entre los diseños previstos y la realidad de las acciones emprendidas en los campos político y militar. Sobre la base de una cronología estrecha (1956-1963), nuestra voluntad es debatir las diversas articulaciones configuradas en aquel momento, y cuya influencia se prolonga hasta nuestros días. En este sentido, serán especialmente valoradas las contribuciones que, conectadas a la historia de la región, enfatizan la apertura disciplinar para retratar, bien los diversos procesos formativos de las sociedades saharianas, bien las diferentes trayectorias elegidas por la investigación científica centrada en ese terreno.</p>

Título do painel	Coordenador/a (es/as)	Contato de e-mail	Columna1
Colonialism and post-colonialism in the construction of African countries: scientific discourses, cultural diversity and transnationality?	Yolanda Aixelà; Ana Lúcia Sá (IMF - Consejo Superior de Investigaciones Científicas / ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa)	yolanda.aixela@gmail.com	<p>The critical revision of the Postcolonial Studies on the birth of the contemporary European states has raised the awareness of the difficulties in the construction of homogenous national identities. This acknowledgement had impact on the way of thinking African contexts, whose problematics manifest not only within their colonial history, but also sometimes in their own local and regional contemporary history. The current changes and continuities are part of a globalized world that shows mutations due to endogenous and exogenous causes. The crisis of the concept of "culture" defined as homogeneous parameter in a defined territory is dimensioned and relativized with the discourses about Africanness, or with the visibility of knowledge or with the impact of transnational communities in the context of associative political demand, including the economic empowerment in the communities of origin.</p> <p>In this general scenario, to observe countries like Equatorial Guinea, Angola and Morocco among others is of great interest: first, to consider the degree of influence of the colonization on their handling of cultural diversity; second, to analyze whether the cultures and ethnic identities are an identifier to distinguish the internal diversity or to strengthen national identities; third, to study the impact of transnational networks established in Europe on the ethnic and national claims in the contexts of origin.</p> <p>With an interdisciplinary approach, this panel aims at analyzing the colonial logics and the postcolonial discourses on otherness, the resistances to processes that occur in the dynamics of the African continent, and the reconstruction of the African knowledge and recreation of African identities.</p> <p>La revisión crítica de los estudios postcoloniales sobre el nacimiento de los Estados europeos de la era contemporánea ha permitido tomar conciencia de las dificultades de la construcción de identidades nacionales homogéneas. Este hecho es de enorme relevancia para contextos africanos cuyas manifiestas problemáticas no sólo se entrelazan a su historia colonial, sino a su propia historia contemporánea local y regional. Los cambios y persistencias actuales se enmarcan en un mundo globalizado que presenta mutaciones por causas endógenas y exógenas. La crisis de un concepto ¿cultura? definido como parámetro homogéneo en un territorio definido se dimensiona, y relativiza, con los discursos sobre la africanidad o con la visibilidad del conocimiento o e impacto de las comunidades transnacionales en el marco de la reivindicación política asociativa y del empoderamiento económico en las comunidades de origen.</p> <p>En este panorama general, observar países como Guinea Ecuatorial, Angola o Marruecos entre otros es de gran interés, primero, para ponderar el grado de influencia de la colonización en su gestión de la diversidad cultural; segundo, para analizar si las identidades culturales y étnicas son un identificador que afiora para distinguir la diversidad interna o para consolidar las identidades nacionales y; tercero, para estudiar la influencia en origen de las redes transnacionales establecidas en Europa en sus reivindicaciones étnicas y nacionales.</p> <p>Con un planteamiento interdisciplinar, el objetivo es analizar las lógicas coloniales y postcoloniales, los discursos sobre la otredad, las resistencias a ciertos procesos en las dinámicas del continente africano, y por supuesto a la reconstrucción del conocimiento africano o la recreación de las identidades africanas.</p>
O Islão em África ou Islão Africano? Pesquisas em curso	Olga Iglésias (CESA e IHC)	iglesias.olga@gmail.com	<p>O presente painel pretende refletir sobre o tema: O Islão em África, proporcionando uma abordagem comparativa pelas pesquisas em curso, longe de perspectivas islamofóbicas que têm caracterizado o pensamento 'dito' Ocidental. Ou será que se pode falar de Islão Africano? Em breves traços de caracterização histórica, são sugeridas as seguintes questões:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Origem e expansão; 2. As Confrarias Sufi; 3. Dinâmicas sociais, políticas e económicas das diferentes ordens; 4. O movimento associativo e os movimentos de libertação; 5. Género e resistência; 6. Arte e cultura; 7. Desafios no século XXI. <p>Assim, os cientistas sociais são convidados a apresentar textos, problematizando a temática proposta, textos esses, que proporcionem o desfazer de mitos e conduzam a novas interpretações, num quadro metodológico interdisciplinar e comparativo.</p>
Religião e Saúde: um diálogo a partir das práticas terapêuticas culturais	Violeta Maria de Siqueira Holanda; Clara Saraiva; e Marcio Luiz Mello (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira; Universidade Nova Lisboa e Fundação Oswaldo Cruz)	violeta@unilab.edu.br	<p>A tradição e a vivência nos espaços das religiões de matrizes africanas revelam o quão dinâmico é a reprodução e troca de saberes e conhecimento que, por meio de sua visão de mundo, revelam formas de lidar com a saúde e a doença. Os "terreiros" constituem territórios ricos culturalmente, que resistem moldando concepções, práticas e crenças a respeito da saúde, das enfermidades e das formas de cura, repassados de geração a geração, por meio da oralidade. Neste painel buscamos contribuir para a discussão no campo afro religioso e o modo pelo qual as terapias, crenças, ritos e espíritos atuam nas formas de como os indivíduos, em seus diferentes contextos sócio-culturais, vivenciam e interpretam a doença, o sofrimento, a dor, as práticas de cura e a promoção da saúde. Aceitaremos comunicações de base etnográfica com pesquisa no Brasil, Portugal ou outros países, que mostrem o carácter transnacional que tais práticas de cura hoje em dia apresentam.</p>
Degradación Ambiental y Acceso a la Tierra. Atacando las Bases del Discurso Oficial del Acaparamiento y la Privatización	Lucía Argüelles; Pablo Gilolmo (Universidad Autónoma de Barcelona (ICTA) y University Of Namibia)	gilol99@hotmail.com	<p>La tragedia de los comunes y la identificación de terrenos "infrautilizados" o "baldíos". Dos aspectos del discurso oficial que se utilizan para justificar los programas de privatización y el acaparamiento de tierras. Y en el proceso las verdaderas tragedias: desplazamientos de comunidades, capitalización de los recursos comunes, el control productivo pasando a manos de las corporaciones, y, aparejado a todo ello, la ¿revolución? en los métodos agrícolas: el monocultivo y los transgénicos, por poner sólo dos ejemplos. ¿Pero qué base científica tienen los discursos referidos? La tragedia de los comunes, discurso paradigmático, afirma entre sus postulados que los sistemas de tenencia comunal, al carecer de racionalidad económica, conllevan un riesgo mayor de degradación ambiental y eventual desertificación. Sin embargo, este discurso no se apoya en evidencia sistemática alguna. De la misma manera, en el mundo se ha estimado que existen entre 250 y 1400 millones de hectáreas de terrenos infrautilizados susceptibles de ser objeto de producción agrícola a gran escala. Nuestras investigaciones, enfocadas en el continente africano, concluyen por un lado que no siempre existe relación directa entre sistema de tenencia y grado de desertificación, y que, cuando existe, son las tierras privadas las que peores resultados muestran, a pesar de contar con dos importantes ventajas: la inexistencia de altos niveles de pobreza y unas condiciones ambientales a priori más productivas. Por otro lado, al replicar los métodos utilizados para calcular la existencia y extensión de las tierras ¿marginales?, vemos que estos estudios son cuando menos inexactos, por no decir arbitrarios, y que por tanto los beneficios atribuidos a los grandes acaparamientos de tierras se basan en evidencias cuanto menos cuestionables. Dada la enorme fuerza que estos discursos tienen como argumento en favor de los procesos globales de cambio en los derechos de acceso a la tierra de las comunidades y en el modelo productivo, pensamos que atacar y cuestionar sus bases son el primer paso para detener dichos procesos y que la evidencia de la necesidad de pensar y aplicar otras soluciones se vaya infiltrando por todos los canales del sistema. Por ello, este panel es un llamamiento a otros investigadores que, habiendo realizado investigaciones similares, deseen ponerlas en común y desarrollar estrategias de contestación al discurso oficial que sean más totales y coordinadas.</p>

Título do painel	Coordenador/a (es/as)	Contato de e-mail	Coluna1
Migraciones de Retorno en el Atlántico	Carmen Ascanio Sánchez; Clementina Baptista Furtado; Gilberta Margarida de Medeiros Pavão Nunes Rocha (Universidad de La Laguna (España)/ Universidad de Cabo Verde/ Universidad dos Açores (Portugal))	cascanio@ull.es	<p>La línea de investigación sobre las migraciones ha sido una de las más prolíficas en las Ciencias Sociales, abordando campos dispares y de compleja unificación. Entre éstos, los estudios sobre migración de retorno son, comparativamente, recientes quizás por influencia de los enfoques unidireccionales de las migraciones, que han puesto el foco de atención en los territorios de acogida. Sin embargo, en los últimos decenios ha cobrado interés, tanto por la relevancia - cuantitativa y cualitativa- del hecho como por su compleja inserción dentro de procesos de movilidad transnacional.</p> <p>Esta mesa de trabajo surge a partir de un proyecto realizado en diversos espacios insulares del Atlántico, en concreto en los archipiélagos de Canarias, Azores y Cabo Verde, territorios clave en los procesos migratorios atlánticos y que relacionan a éstas poblaciones insulares con otras de América y de África del Oeste.</p> <p>Se plantea abordar las migraciones de retorno bajo sus diferentes formas: retorno voluntario, involuntario (deportaciones), de trabajo temporal, transgeneracional y otros. El objetivo es poner en común tanto enfoques, técnicas y metodologías como temáticas de especial interés. En este sentido, resulta importante abordar perspectivas teóricas sobre estas migraciones de retorno (estrategias individuales y familiares, conceptos generados, etc.), el análisis de técnicas y metodologías (fuentes estadísticas y su fiabilidad, técnicas cualitativas,?) y las principales temáticas abordadas, tales como: los tipos de retorno, sus características e inserción en el sistema transnacional, las repercusiones económicas en las sociedades de origen, el retorno empresarial/emprendedor, el uso real y simbólico de las remesas, las implicaciones en el sistema escolar y los sistemas de salud, la perspectiva de género, el papel de las comunidades virtuales, la integración y la construcción-reconstrucción de identidades culturales.</p>
Unspeakable Things Unspoken': Reclaiming Silenced Voices in Contexts of Displacement	Catarina Martins; Isabel Caldeira (CES and Coimbra University)	catarinamartins@ces.uc.pt	<p>Afro-diasporic peoples, subjected to brutal deculturation, were deprived of a homeland and a culture. The history of African peoples was disrupted by colonialist invasion, their original cultures silenced. For writers in all these contexts there arises a strong necessity to reestablish ties with the past, and to reinvent their voice to retell a consistent narrative of history. This urgency collides with the unspeakableness of things unspoken (Toni Morrison).</p> <p>This panel aims at gathering papers that analyze the violence of the deprivation of history, memory and voice in literary texts by African writers or writers of the African diaspora.</p>
Estéticas do hip-hop no espaço lusófono: resistências, conquistas e identidades	Miguel de Barros; Redy Wilson Lima (CEAH-INEP; NETCCON/URFJ e CEsA/ISEG-UTL; ISCSJ)	redywilson@hotmail.com	<p>Nas últimas décadas, a consciência social e cívica dos jovens têm ganho ímpeto sobretudo através da utilização de formas artísticas e têm redefinido as identidades juvenis locais e globais. Um dos elementos principais que contribui para a visibilidade dessa acção é a apropriação da rua como espaço público.</p> <p>Da rua surge a cultura hip-hop, englobando diversas práticas culturais - djing, rap, b-boy/b-girl, graffiti -, e dela as manifestações das liberdades de expressão na apreensão de códigos próprios. Emerge, assim, no contexto urbano lusófono condições historicamente favoráveis para o surgimento de um 'movimento' com articulações através de uma estética urbana mais acentuadamente nas zonas suburbanas das principais cidades 'lusófonas', alicerçadas por questões raciais e sociais, por uma estrutura social e económica desigual, sendo por isso um processo diferenciado em cada país, mediante às suas próprias idiossincrasias.</p> <p>O objectivo do presente painel é favorecer a reflexão e o debate entre os estudiosos do hip-hop e os hiphoppers a partir das seguintes premissas: será que se pode falar de uma estética hip-hop lusófona tendo apenas como pressuposto a língua portuguesa e a potência colonial comum? Quais são as contribuições da cultura hip-hop para o exercício da cidadania e afirmação juvenil em cada um dos países? Será possível encontrar nas experiências dos vários países marcados pelo fechamento social, violência, pobreza e exclusão aspectos comuns através da cultura de contestação engendrada pelo 'movimento hip-hop'.</p> <p>Estimula-se a submissão de trabalhos ao painel que destaquem as dimensões e diferentes perspectivas históricas, políticas, linguísticas, antropológicas e sociológicas. Com isso, poderíamos contribuir à produção académica sobre os fluxos e influxos entre a Europa, África e Américas do Norte e Sul.</p>
Entre as heranças, a informalidade, a insegurança e a construção de novos Estados-providência	Paulo Pedroso (Escola de Sociologia e Políticas Públicas do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa)	paulo.pedroso@iscte.pt	<p>Por todo o continente africano a última década assistiu a desenvolvimento na área dos direitos sociais e em particular da protecção social. Se em alguns casos, os sistemas se desenvolvem no quadro institucional herdado do período colonial e em outros, O estado não se afirma, seja pelo peso da informalidade, seja pelas situações de conflito generalizado e insegurança, noutros estão a surgir novos Estados-Providência que cruzam os modelos conhecidos e os adaptam às agendas políticas locais, à situação demográfica e às perspectivas económicas, em interacção, por vezes conflitual, com organismos internacionais, países doadores e interesses organizados. Este painel visa discutir as experiências em curso de desenvolvimento de modalidades de Estado-Providência em África.</p>